

O PAPEL DO PERITO NA ODONTOLOGIA LEGAL: ASPECTOS DEONTOLÓGICOS E RESPONSABILIDADES ÉTICAS NA PRÁTICA PERICIAL

THE ROLE OF THE EXPERT IN FORENSIC DENTISTRY: DEONTOLOGICAL ASPECTS AND ETHICAL RESPONSIBILITIES IN EXPERT PRACTICE

Maria Helena da Silva Rocha¹
Ana Karoline Alves da Silva²
Lawan Italo Ximenes Barros³
Laurah Emanuely de Sousa Ribeiro⁴
Fabrícia Café de Oliveira⁵
Giselle Maria Ferreira Lima Verde⁶

RESUMO: **Introdução:** A Odontologia Legal é uma especialidade essencial para auxiliar na solução de questões jurídicas, sendo amplamente utilizada na identificação humana, na análise de lesões e na avaliação de responsabilidade profissional. A atuação do perito odontologista exige conhecimento técnico-científico e respeito a princípios éticos, como sigilo profissional, imparcialidade e transparência na elaboração de laudos periciais. **Objetivo geral:** Analisar os principais aspectos deontológicos e as responsabilidades éticas na prática pericial odontológica, destacando sua importância para a credibilidade dos laudos e a justiça. **Metodologia:** Foi realizada uma revisão bibliográfica integrativa com abordagem qualitativa, analisando artigos publicados entre 2020 e 2025. Foram utilizados descritores específicos e aplicados critérios de inclusão e exclusão para selecionar estudos relevantes sobre ética na perícia odontológica. **Resultados:** A análise destacou a relevância da ética profissional na Odontologia Legal, abordando temas como sigilo profissional, imparcialidade na elaboração de laudos e lacunas na formação acadêmica em Bioética e Deontologia. Além disso, foram discutidas metodologias ativas de ensino para aprimorar a compreensão ética dos futuros peritos. **Conclusão:** A revisão evidenciou a necessidade de reforçar a formação ética dos peritos odontologistas, garantindo uma atuação pautada na transparência, imparcialidade e compromisso com a verdade. A implementação de estratégias educacionais inovadoras e uma maior regulamentação na área da perícia odontológica são fundamentais para assegurar um exercício profissional ético e qualificado.

1218

Palavras-chave: Odontologia Legal. Ética Profissional. Perícia Odontológica.

¹Acadêmica de Odontologia, Centro Universitário Uninovafapi.

²Acadêmica de odontologia, Centro Universitário Uninovafapi.

³Acadêmico de odontologia, Centro Universitário Uninovafapi.

⁴Acadêmica de Odontologia, Centro Universitário Uninovafapi.

⁵Acadêmica de odontologia, Centro universitário uninovafapi.

⁶Orientador, Professora de odontologia do Centro Universitário Uninovafapi.

ABSTRACT: Introduction: Forensic Dentistry is an essential specialty for assisting in the resolution of legal issues, and is widely used in human identification, injury analysis and assessment of professional liability. The work of a forensic dentist requires technical and scientific knowledge and respect for ethical principles, such as professional secrecy, impartiality and transparency in the preparation of expert reports. **General objective:** Analyze the main deontological aspects and ethical responsibilities in dental expert practice, highlighting their importance for the credibility of reports and justice. **Methodology:** An integrative literature review with a qualitative approach was conducted, analyzing articles published between 2020 and 2025. Specific descriptors were used and inclusion and exclusion criteria were applied to select relevant studies on ethics in forensic dentistry. **Results:** The analysis highlighted the relevance of professional ethics in Forensic Dentistry, addressing topics such as professional secrecy, impartiality in the preparation of reports, and gaps in academic training in Bioethics and Deontology. In addition, active teaching methodologies were discussed to improve the ethical understanding of future experts. **Conclusion:** The review highlighted the need to reinforce the ethical training of forensic dentists, ensuring that their work is based on transparency, impartiality, and commitment to the truth. The implementation of innovative educational strategies and greater regulation in the area of forensic dentistry are essential to ensure ethical and qualified professional practice.

Keywords: Forensic Dentistry. Professional Ethics. Forensic Dentistry.

1-INTRODUÇÃO

1219

A Odontologia Legal é uma especialidade da Odontologia que possui uma atuação em interface entre a saúde e o direito, aplicando os conhecimentos odontológicos para auxiliar na resolução de questões jurídicas. Seu principal objetivo é fornecer suporte técnico e científico para as investigações criminais, cíveis e trabalhistas, contribuindo para a produção de provas periciais. Dessa forma, a especialidade desempenha um papel essencial na elucidação de casos que envolvem identificação humana, análise de lesões, avaliação de danos e emissão de pareceres técnicos (Andrade *et al.*, 2021).

No contexto forense, a atuação do perito odontologista é de extrema importância, especialmente na identificação de corpos desconhecidos por meio da análise dos dentes e arcadas dentárias, que apresentam características únicas para cada indivíduo. Além disso, esse profissional pode ser chamado para avaliar lesões em casos de agressões físicas, abusos e acidentes, ajudando a determinar a causa e a dinâmica dos eventos. Seu trabalho é essencial para garantir precisão e confiabilidade nas investigações (Oliveira *et al.*, 2025).

Além da esfera criminal, a Odontologia Legal também se aplica ao direito civil e trabalhista, sendo utilizada para avaliar processos de indenização, erro odontológico e

reconhecimento de vínculos trabalhistas por meio de exames dentários. O perito tem a responsabilidade de agir de forma imparcial, baseando seus laudos em evidências científicas e respeitando os princípios éticos da profissão. Dessa maneira, sua atuação contribui para a justiça, assegurando que decisões judiciais sejam tomadas com base em informações técnicas confiáveis (Gioster-Ramos *et al.*, 2021).

A perícia odontológica desempenha um papel crucial na identificação humana, especialmente em situações onde os métodos tradicionais, como a análise de impressões digitais, são inviáveis. Os dentes possuem características únicas e alta resistência a condições extremas, como ao calor intenso e a decomposição avançada, permitindo, assim, uma identificação precisa de indivíduos, mesmo em cenários desafiadores. Desse modo, a análise odontológica é fundamental para estabelecer a identidade em casos complexos, reforçando sua importância no campo forense (Porto; Catunda; De Sousa, 2022).

Em desastres de massa, como acidentes aéreos ou catástrofes naturais, a perícia odontológica torna-se ainda mais relevante. Nessas situações, a integridade dos corpos é frequentemente comprometida, dificultando a identificação por métodos convencionais. A comparação de registros dentários ante e post-mortem permite uma identificação eficaz das vítimas, facilitando processos legais e proporcionando conforto às famílias. Uma revisão de literatura enfatiza que a odontologia forense oferece métodos eficazes e resistentes, sendo essencial para a identificação em cenários de difícil reconhecimento (Santos *et al.*, 2024).

1220

Além do contexto de desastres, a perícia odontológica é aplicada em diversos processos judiciais, incluindo investigações criminais e civis. A análise de mordidas em casos de agressão, por exemplo, pode fornecer evidências cruciais para elucidar crimes. A precisão e confiabilidade dos métodos odontológicos reforçam sua importância como ferramenta indispensável na justiça, contribuindo significativamente para a resolução de casos e a promoção da equidade legal (Lopes *et al.*, 2023).

A atuação do perito em Odontologia Legal é regida por princípios deontológicos estabelecidos no Código de Ética Odontológica, que delineia os direitos e deveres dos profissionais da área. Este código enfatiza a necessidade de o perito agir com imparcialidade, independência e competência técnica, assegurando que suas avaliações sejam fundamentadas em critérios científicos e livres de influências externas. A adesão a esses princípios é essencial para a integridade e credibilidade da perícia odontológica, refletindo o compromisso do profissional com a justiça e a verdade (Gustavo *et al.*, 2024).

Portanto, a realização deste estudo se justifica pela relevância da atuação do perito em Odontologia Legal no contexto forense e jurídico, especialmente no que tange aos aspectos deontológicos e éticos da prática pericial. A crescente demanda pelos exames odontológicos em investigações criminais, identificação humana e processos judiciais exige um profissional altamente capacitado e comprometido com a imparcialidade e veracidade das informações apresentadas nos laudos. Com efeito, compreender os desafios e responsabilidades éticas do odontologista é essencial para garantir que sua atuação contribua para a justiça de forma íntegra e confiável. Logo, este estudo busca aprofundar a análise sobre os princípios que regem a perícia odontológica, destacando sua importância para a credibilidade do sistema judiciário e para a proteção dos direitos dos indivíduos envolvidos nos processos periciais.

2- OBJETIVO

2.1- OBJETIVO GERAL

Analisar o papel do perito na Odontologia Legal, com foco nos aspectos deontológicos e nas responsabilidades éticas envolvidas na prática pericial, a fim de compreender sua atuação na produção de provas técnicas e sua contribuição para a justiça.

2.2- OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar os princípios deontológicos que norteiam a atuação do perito na Odontologia Legal.

Analisar as responsabilidades éticas do perito odontologista na elaboração de laudos e pareceres periciais.

Investigar os desafios e implicações da prática pericial odontológica no âmbito jurídico e forense.

3-REFERENCIAL TEÓRICO

3.1- Odontologia Legal e a Perícia Odontológica

A Odontologia Legal é uma especialidade que aplica conhecimentos odontológicos para auxiliar na solução de questões jurídicas, sendo essencial em investigações criminais, cíveis e trabalhistas. Seu desenvolvimento remonta à Antiguidade, quando a identificação humana por meio da arcada dentária já era utilizada em casos específicos. Com o avanço das ciências forenses, a especialidade foi aprimorada e regulamentada, tornando-se indispensável para a

identificação de corpos, análise de lesões, avaliação de responsabilidade profissional e produção de provas técnicas em processos judiciais. Atualmente, a Odontologia Legal se baseia em princípios científicos e normas éticas, garantindo maior precisão e confiabilidade na perícia odontológica (Andrade *et al.*, 2021).

A perícia odontológica desempenha um papel fundamental na identificação humana, especialmente em casos de corpos carbonizados, esqueletizados ou em avançado estado de decomposição, onde outros métodos, como impressões digitais e exames de DNA, podem ser inviáveis. A resistência dos dentes e suas características únicas permitem uma identificação precisa, contribuindo significativamente para investigações criminais e desastres em massa. Além disso, no âmbito da justiça, laudos periciais emitidos por odontologistas são frequentemente utilizados para comprovar agressões, abuso infantil e erro odontológico, auxiliando na tomada de decisões judiciais. Dessa forma, a Odontologia Legal não apenas colabora com o esclarecimento de crimes, mas também desempenha um papel essencial na proteção dos direitos e na busca pela verdade (Oliveira *et al.*, 2025).

Além de sua contribuição nas investigações criminais, a Odontologia Legal também tem se destacado no campo civil e trabalhista, especialmente em casos que envolvem acidentes de trabalho, assédio moral, invalidez por lesões orofaciais e ações de responsabilidade técnica. Nesses contextos, o odontologista é responsável por realizar avaliações detalhadas que auxiliam na determinação de nexo causal entre o dano e a conduta profissional ou laboral. O parecer técnico elaborado por esse especialista pode fundamentar indenizações, aposentadorias por invalidez e outras decisões judiciais, demonstrando a relevância da atuação pericial para além da esfera criminal. Sua análise, sempre baseada em critérios científicos, contribui para garantir a justiça e o respeito aos direitos dos envolvidos (Andrade *et al.*, 2021).

Outro campo de atuação importante da Odontologia Legal é a estimativa de idade, especialmente em situações que envolvem imigrantes sem documentação, reconhecimento de menores em situação de risco e vítimas de tragédias coletivas. A partir do exame do desenvolvimento dentário, do desgaste dos dentes e de características radiográficas, é possível estimar com precisão a faixa etária de um indivíduo, mesmo quando outros dados estão ausentes. Esse recurso é amplamente utilizado por autoridades judiciais e órgãos de proteção à infância e adolescência. O domínio de técnicas modernas, associado à ética e ao rigor científico, assegura que o trabalho pericial odontológico seja uma ferramenta indispensável na construção de um sistema jurídico mais justo, eficaz e humanizado (Andrade *et al.*, 2021).

3.2- Aspectos Deontológicos e Código de Ética Odontológica

A atuação do perito odontologista é regida por princípios éticos que garantem a imparcialidade, integridade e compromisso com a verdade na elaboração de laudos e pareceres periciais. O Código de Ética Odontológica, estabelecido pelo Conselho Federal de Odontologia (CFO), determina diretrizes fundamentais para o exercício da Odontologia Legal, destacando a necessidade de sigilo profissional, respeito aos envolvidos no processo pericial e fundamentação científica nos laudos emitidos. Além disso, o perito deve atuar de maneira independente, sem se deixar influenciar por interesses externos, garantindo que suas conclusões sejam baseadas exclusivamente em evidências técnicas e científicas (Gustavo *et al.*, 2024).

As responsabilidades do odontologista incluem a produção de laudos claros, objetivos e tecnicamente embasados, evitando interpretações subjetivas que possam comprometer a justiça. Seus limites éticos envolvem a proibição de manipulação de provas, falsificação de informações e emissão de pareceres sem respaldo técnico. Além disso, o profissional deve recusar qualquer solicitação que possa ferir a ética ou comprometer a veracidade dos laudos. A desobediência a essas diretrizes pode acarretar penalidades legais e administrativas, além de comprometer a credibilidade da perícia odontológica. Dessa forma, a conduta ética do perito é essencial para assegurar a justiça e a confiabilidade do trabalho pericial (Emanuelle *et al.*, 2023).

1223

Outro aspecto relevante da ética na atuação do perito odontologista é a sua postura diante das limitações do próprio conhecimento técnico. O profissional deve reconhecer quando não possui domínio suficiente sobre determinada questão e, nesses casos, abster-se de emitir pareceres ou buscar orientação complementar adequada. Emitir conclusões sem o devido respaldo científico ou fora de sua área de competência representa uma infração ética grave, que pode comprometer não apenas o processo judicial, mas também a imagem da Odontologia Legal perante a sociedade. Portanto, a honestidade intelectual é uma virtude indispensável à prática pericial, reforçando o compromisso com a justiça e a responsabilidade profissional (Gustavo *et al.*, 2024).

Além disso, é dever do perito manter-se atualizado quanto às inovações científicas, tecnológicas e legislativas que impactam diretamente sua área de atuação. A adesão à educação continuada, por meio de cursos, congressos, especializações e leitura de publicações científicas,

não é apenas uma exigência técnica, mas também uma obrigação ética. Um profissional desatualizado corre o risco de cometer equívocos técnicos que podem resultar em prejuízos irreversíveis para os envolvidos no processo. Assim, o compromisso com o aprimoramento constante demonstra respeito ao exercício profissional e reforça a credibilidade da perícia odontológica como ferramenta essencial para a promoção da verdade e da justiça (Emanuelle *et al.*, 2023).

3.3- Atuação do Perito em Odontologia Legal

O perito em Odontologia Legal exerce um papel fundamental dentro do contexto forense, sendo responsável por aplicar conhecimentos odontológicos na solução de questões legais. Sua atuação envolve desde a identificação de vítimas fatais até a análise de traumas orofaciais em pessoas vivas, passando por investigações criminais, cíveis e trabalhistas. A identificação humana, por exemplo, é uma das atribuições mais relevantes do odontologista, especialmente em situações onde outras formas de reconhecimento, como impressões digitais ou DNA, não são viáveis. Isso se deve à resistência dos dentes às condições extremas, como o calor e a decomposição, que preservam características únicas e duradouras. Assim, o perito torna-se peça-chave na reconstituição de histórias e no fornecimento de provas robustas para os tribunais (Bernardes *et al.*, 2021).

1224

Além da identificação humana, o perito em Odontologia Legal também atua na análise de lesões bucais, fraturas faciais e marcas de mordidas. Esses elementos são frequentemente encontrados em casos de violência doméstica, agressões físicas, abuso infantil e até mesmo em ataques de animais. A marca de mordida, por exemplo, pode fornecer informações cruciais sobre o agressor, como a arcada dentária, idade estimada e até características comportamentais. Nesses casos, o perito deve ser capaz de diferenciar lesões acidentais das provocadas intencionalmente, exigindo conhecimento técnico, senso crítico e imparcialidade. A elaboração de um laudo claro, objetivo e embasado em evidências científicas é imprescindível para garantir a justiça (Rodrigues; Schorr; Carlson Batista Leal, 2022).

Outro aspecto importante da atuação do odontologista é a estimativa de idade, utilizada tanto em contextos criminais quanto em processos cíveis, como reconhecimento de paternidade e imigração. A partir da análise do desenvolvimento dentário e das alterações fisiológicas nos dentes, é possível estimar a idade cronológica de uma pessoa, o que pode ajudar a confirmar identidades ou verificar possíveis falsificações de documentos. Esse tipo de

perícia também é comumente utilizado em contextos envolvendo adolescentes em conflito com a lei ou indivíduos sem documentação legal. A precisão desses exames depende do domínio de técnicas específicas e da constante atualização do profissional com relação aos estudos e parâmetros adotados pela comunidade científica (Eduarda, 2024).

A realização da perícia odontológica envolve o uso de diversos métodos, que variam conforme o caso analisado. Técnicas como a comparação de registros dentários ante e post-mortem, análise de radiografias, exames clínicos das arcadas dentárias e a superposição de imagens são amplamente utilizadas. Em situações mais complexas, pode-se recorrer à antropologia odontológica e ao uso de softwares de reconstrução facial, que auxiliam na reconstituição da fisionomia de indivíduos desconhecidos a partir de fragmentos ósseos e dentários. A integração dessas ferramentas permite ao perito emitir laudos com maior grau de confiabilidade e precisão, contribuindo significativamente para a elucidação de casos judiciais (Gabriela, 2022).

Por fim, a atuação do odontologista exige não apenas domínio técnico, mas também ética, imparcialidade e responsabilidade. Suas conclusões podem influenciar diretamente o destino de pessoas envolvidas em litígios, sendo essencial que sua análise seja sempre baseada em evidências concretas e revisada com critério científico. A constante atualização profissional é um requisito indispensável, considerando os avanços tecnológicos e metodológicos que impactam diretamente a prática pericial. Além disso, o odontologista pode ser convocado para atuar como assistente técnico, colaborando com advogados e juízes na interpretação de provas odontológicas. Sua presença, portanto, representa a convergência entre ciência e justiça, tornando a Odontologia Legal uma área indispensável no contexto jurídico contemporâneo (Andrade *et al.*, 2023).

1225

3.4 A Relevância da Imparcialidade na Prática Pericial

A imparcialidade é um princípio fundamental na prática pericial, garantindo que os laudos emitidos sejam confiáveis e contribuam para a justiça. O perito odontologista deve basear sua análise em critérios técnicos e científicos, sem influência de interesses externos ou subjetividade. Quando há comprometimento desse princípio, a credibilidade do laudo pode ser questionada, prejudicando processos judiciais e afetando diretamente a tomada de decisões pelos magistrados. Dessa forma, manter a neutralidade é essencial para assegurar a

integridade das investigações e fortalecer a confiabilidade da perícia odontológica (Nogueira, 2024).

A parcialidade na atuação do perito representa um risco significativo para a justiça, podendo levar a conclusões distorcidas e decisões equivocadas. O envolvimento emocional, pressões externas ou favorecimento de uma das partes podem comprometer a objetividade do laudo pericial, resultando em injustiças e responsabilizações inadequadas. Além disso, a parcialidade pode gerar consequências legais e éticas para o profissional, como sanções disciplinares e até a perda do direito ao exercício da profissão. Assim, a imparcialidade deve ser rigorosamente preservada para garantir a idoneidade da perícia odontológica (Nobre; Souza, 2025).

Para assegurar a imparcialidade, é essencial que o perito mantenha uma postura ética desde o início de sua nomeação até a finalização do laudo pericial. Isso inclui a recusa em atuar em casos nos quais possa haver conflito de interesses, como quando há vínculos pessoais, profissionais ou financeiros com alguma das partes envolvidas. Além disso, o perito deve evitar emitir juízos de valor ou opiniões que extrapolem os limites técnicos da perícia, limitando-se à análise objetiva das evidências. A transparência na metodologia utilizada, bem como o embasamento em literatura científica reconhecida, também são práticas que reforçam a neutralidade e fortalecem a credibilidade do parecer técnico (Nogueira, 2024).

1226

Além disso, o conhecimento aprofundado em bioética e legislação aplicada à perícia contribui para a construção de um posicionamento firme diante de situações complexas. Dessa maneira, o compromisso com a imparcialidade não apenas valoriza a atuação do odontologista, como também contribui diretamente para o fortalecimento da justiça e da confiança social no trabalho pericial (Nobre; Souza, 2025).

4- METODOLOGIA

O trabalho apresenta uma revisão bibliográfica integrativa do tipo exploratória, com uma abordagem qualitativa. Os artigos analisados foram publicados entre os períodos de 2020 e 2025, obtidos através da Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Nesse contexto, os bancos de dados selecionados foram na Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Board Brasileiro de Ortodontia e Ortopedia Facial (BBO- Odontologia) .

A pesquisa foi conduzida utilizando os descritores e os operadores booleanos: (Odontologia Legal) AND (Deontologia). Esse processo resultou na identificação de 22

artigos e teses relevantes. A coleta de artigos e materiais sobre Odontologia Legal, juntamente com uma análise sobre a atuação do perito odontologista e os aspectos deontológicos da prática pericial, ocorreu entre os meses de março e abril de 2025.

Assim, os critérios de inclusão estabelecidos foram a seleção de artigos e teses originais nas línguas espanhola e portuguesa, que apresentassem referências completas nas bases de dados e cujas evidências estivessem alinhadas à temática da atuação do perito odontologista e aos aspectos deontológicos da prática pericial, respeitando um recorte temporal dos últimos cinco anos. Por outro lado, os critérios de exclusão foram aplicados a artigos e teses duplicados, resultados questionáveis e incompletos, documentos que não estavam disponíveis na íntegra e informações que não estavam correlacionadas à atuação do perito odontologista e à importância da ética na prática pericial. Ao final, foram escolhidos cinco artigos para análise, conforme apresentado no **Quadro 1** dos resultados, utilizados como fundamentação teórica para a delimitação deste estudo, contendo informações sobre os princípios éticos, a imparcialidade na perícia odontológica e a responsabilidade do perito na elaboração de laudos técnicos.

5- RESULTADOS E DISCURSÃO

1227

Para a realização deste estudo, foi realizada uma análise do conteúdo dos trabalhos pesquisados, selecionando aqueles que abordavam a temática proposta sobre os aspectos deontológicos e responsabilidades éticas na prática pericial odontológica. Dada a relevância acadêmica para a área da Odontologia Legal e da Bioética, foi elaborado um quadro que analisa diferentes aspectos, incluindo autor, título, ano de publicação, princípios éticos, responsabilidades do perito e impacto na prática pericial. Os resultados obtidos dos estudos que atenderam aos critérios estabelecidos estão apresentados na forma do **Quadro 1**, no qual se destaca a importância da ética na atuação do perito odontologista, sua imparcialidade na elaboração de laudos e os desafios enfrentados na prática forense.

Quadro 1: Principais Aspectos Deontológicos e Responsabilidades Éticas na Prática Pericial Odontológica

Título do Estudo	Autores	Ano	Principais Resultados
Ensino da Odontologia Legal nos cursos de graduação em odontologia do estado de Santa Catarina e suas implicações	Araújo, Igor Santos; Faraco, João Victor Savi Mundi; Piroca, Taylana Ramos; Barros, Beatriz Álvares Cabral de	2023	Identificou-se que a Odontologia Legal tem carga horária reduzida nos cursos de graduação em SC, impactando a formação dos profissionais e sua atuação na perícia odontológica.
O perfil acadêmico dos	Colodette, Renata Maria;	2023	A pesquisa revelou que a maioria dos

coordenadores dos cursos de Odontologia brasileiros: uma interface com a Bioética	Gomes, Andréia Patrícia; Moreira, Tiago Ricardo; Siqueira-Batista, Rodrigo		coordenadores de Odontologia no Brasil possui formação acadêmica robusta, mas há lacunas na abordagem da Bioética e da Odontologia Legal nos currículos.
Aspectos bioéticos e legais do sigilo profissional em odontologia	Tiol Carrillo, Agustín	2022	O estudo destacou a importância do sigilo profissional na prática odontológica e os desafios bioéticos enfrentados pelos profissionais na preservação da confidencialidade dos pacientes.
O exercício da docência à luz do Código de Ética Odontológica	Melo, Cibele Virgínia Moraes de; Zimmermann, Ivoneide Maria de Melo; Zimmermann, Rogério Dubosselard	2021	Analisou a relação entre a docência em Odontologia e o Código de Ética, enfatizando a necessidade de alinhamento entre a formação acadêmica e os princípios éticos da profissão.
Metodologias ativas de ensino em odontologia forense	Musse, Jamilly de Oliveira; Marques, Jeidson Antônio Moraes; Covas, Ariella Karla de Oliveira; Ribeiro, Matheus da Silva; Fernandes, Gardenia Carvalho Santos	2020	Investigou o uso de metodologias ativas no ensino da Odontologia Forense, concluindo que estratégias inovadoras melhoram o aprendizado e a aplicação prática dos conhecimentos na perícia odontológica.

Os estudos analisados abordam aspectos deontológicos e responsabilidades éticas na prática pericial, enfatizando a relevância da ética profissional e da conduta responsável dos peritos odontologistas na elaboração de laudos técnicos. A pesquisa de Tiol Carrillo (2022) destaca o sigilo profissional, um princípio fundamental do Código de Ética Odontológica, ressaltando os desafios enfrentados pelos peritos para preservar a confidencialidade das informações obtidas em exames periciais. O sigilo é essencial para garantir a credibilidade dos profissionais e proteger os envolvidos nos processos judiciais. Além disso, a pesquisa aponta que a violação do sigilo pode acarretar consequências legais e éticas severas, comprometendo a imparcialidade do perito.

O estudo de Melo *et al.* (2021) enfatiza a necessidade de alinhamento entre a docência em Odontologia e os princípios éticos da profissão, garantindo que os futuros peritos compreendam a importância da imparcialidade e da transparência na emissão de laudos periciais. Esse alinhamento é essencial para formar profissionais capacitados não apenas do ponto de vista técnico, mas também ético, reforçando a necessidade de uma abordagem mais robusta da Bioética nos currículos acadêmicos. Da mesma forma, o estudo de Colodette *et al.* (2023) aponta lacunas na formação acadêmica em Bioética e Odontologia Legal, o que pode impactar negativamente a atuação ética dos peritos no futuro. A ausência de uma base sólida

sobre esses temas pode gerar incertezas e dificuldades na aplicação dos princípios deontológicos na prática pericial.

A pesquisa de Araújo *et al.* (2023) reforça essa preocupação ao demonstrar que a carga horária reduzida da disciplina de Odontologia Legal nos cursos de graduação compromete a compreensão dos alunos sobre suas responsabilidades éticas e deontológicas na perícia odontológica. A limitação no ensino desse campo pode resultar na formação de profissionais que não estão completamente preparados para enfrentar desafios éticos e tomar decisões fundamentadas na imparcialidade e na justiça. Além disso, o estudo sugere que o ensino da Odontologia Legal deve ser repensado para incluir mais discussões sobre dilemas éticos e casos práticos.

Por fim, o estudo de Musse *et al.* (2020) propõe que metodologias ativas de ensino podem contribuir significativamente para o aprendizado sobre ética e responsabilidade pericial, promovendo uma formação mais dinâmica e eficiente. Estratégias como estudos de caso, simulações de perícia e discussões interdisciplinares podem aprimorar a compreensão dos alunos sobre a importância da imparcialidade e do compromisso com a verdade. Esse modelo de ensino favorece a construção de um pensamento crítico, essencial para a atuação pericial dentro dos princípios éticos estabelecidos pelo Código de Ética Odontológica.

1229

Esses resultados evidenciam que a ética e a deontologia na prática pericial devem ser reforçados tanto na formação acadêmica quanto no exercício profissional, garantindo que os odontologistas atuem com imparcialidade, sigilo e compromisso com a verdade. Esses aspectos são fundamentais para a credibilidade da perícia odontológica e para a construção de um sistema judicial mais justo e confiável. Além disso, a constante atualização dos peritos e a regulamentação rígida da prática pericial são essenciais para assegurar que a atuação profissional esteja sempre em conformidade com os princípios éticos e legais vigentes.

6-CONCLUSÃO

A atuação do perito em Odontologia Legal envolve uma série de responsabilidades éticas e deontológicas que garantem a integridade dos processos periciais e a credibilidade dos laudos emitidos. A análise dos estudos revelou que a ética profissional, o sigilo, a imparcialidade e a transparência são princípios fundamentais para a prática pericial, sendo essenciais para assegurar que as avaliações técnicas contribuam de forma justa e objetiva para o sistema jurídico. No entanto, desafios como lacunas na formação acadêmica, a carga horária

reduzida da disciplina de Odontologia Legal nos cursos de graduação e a necessidade de aprimoramento constante foram identificados como fatores que podem comprometer a atuação ética dos futuros peritos. A ausência de um ensino mais aprofundado sobre a Bioética e a Deontologia Odontológica pode resultar em profissionais menos preparados para enfrentar os desafios da perícia, comprometendo a confiabilidade dos laudos e o devido cumprimento das normas estabelecidas pelo Código de Ética Odontológica.

A relevância da formação acadêmica e do ensino da Bioética nos cursos de Odontologia foi amplamente destacada, demonstrando que uma base sólida em princípios deontológicos é essencial para preparar os profissionais para os desafios da perícia. Além disso, os estudos analisados indicaram que metodologias ativas de ensino, como simulações de casos práticos, discussões interdisciplinares e análise de jurisprudências são estratégias que podem favorecer a assimilação dos princípios éticos e melhorar a qualificação dos futuros peritos odontologistas. A utilização dessas metodologias proporciona um aprendizado mais dinâmico e alinhado à realidade da prática forense, permitindo que os alunos desenvolvam habilidades analíticas, pensamento crítico e tomada de decisão fundamentada. Dessa forma, o ensino da Odontologia Legal pode se tornar mais eficiente e condizente com a complexidade da atuação pericial, preparando melhor os futuros profissionais para os desafios do mercado e das demandas judiciais.

1230

Outro ponto de grande relevância identificado nos estudos foi a necessidade de regulamentação mais rígida e de uma fiscalização mais efetiva da atuação pericial odontológica. O exercício da Odontologia Legal exige um compromisso inabalável com a verdade, a imparcialidade e a proteção dos direitos individuais e coletivos, sendo fundamental que os peritos estejam constantemente atualizados sobre os avanços científicos, tecnológicos e normativos da área. Além disso, medidas como a capacitação contínua, o incentivo à participação em congressos e eventos científicos e a criação de cursos específicos de especialização podem contribuir significativamente para o fortalecimento da ética profissional e o aprimoramento da perícia odontológica.

Diante disso, conclui-se que a formação ética do perito odontologista deve ser constantemente aprimorada e valorizada, garantindo que sua atuação seja pautada pelo compromisso com a verdade, a imparcialidade e o sigilo profissional. A implementação de estratégias pedagógicas inovadoras e uma maior regulamentação na área da perícia odontológica são medidas que podem contribuir para um exercício profissional mais

qualificado e alinhado com as exigências do Código de Ética Odontológica. Além disso, reforça-se a importância de investimentos em educação continuada e na modernização dos métodos de ensino, para que a Odontologia Legal possa acompanhar as transformações sociais e científicas, garantindo que os peritos estejam preparados para atuar com responsabilidade e excelência.

Logo, a Odontologia Legal segue desempenhando um papel essencial na identificação humana e na justiça, sendo indispensável para a elucidação de casos forenses e para a proteção dos direitos individuais e coletivos. O fortalecimento dos princípios éticos e deontológicos na prática pericial é um fator determinante para que a área continue evoluindo e contribuindo de forma significativa para o sistema jurídico, assegurando que os laudos periciais sejam instrumentos confiáveis para a tomada de decisões judiciais e para a promoção da justiça. Assim, garantir uma atuação ética, técnica e juridicamente embasada é fundamental para a credibilidade da perícia odontológica e para a segurança da sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, A. M. DA C. et al. Odontologia legal – o papel do Odontologista na identificação de cadáveres: uma revisão integrativa. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 2, p. e29210212465, 16 fev. 2021.

ARAÚJO, I. S. et al. ENSINO DA ODONTOLOGIA LEGAL NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA E SUAS IMPLICAÇÕES. *Revista Brasileira de Odontologia Legal*, v. 10, n. 1, 26 jun. 2023.

BERNARDES, E. B. et al. Levantamento Dos Conteúdos Específicos Em Provas Objetivas De Concursos Públicos Para O Cargo De Perito Odontologista E De Perito Criminal (Área: Odontologia) No Brasil. *Revista Brasileira de Odontologia Legal*, v. 8, n. 2, 27 set. 2021.

CIBELE, V. et al. O EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA À LUZ DO CÓDIGO DE ÉTICA ODONTOLÓGICA THE EXERCISE OF TEACHING IN THE LIGHT OF THE DENTAL CODE OF ETHICS. *Odontol. Clín.-Cient*, v. 20, n. 3, p. 2021.

COLODETTE, R. M. et al. O perfil acadêmico dos coordenadores dos cursos de Odontologia brasileiros. *Revista da ABENO*, v. 23, n. 1, p. 2075-2075, 10 out. 2023. EDUARDA, M. A ATUAÇÃO DO ODONTOLEGISTA NA IDENTIFICAÇÃO HUMANA: REVISÃO DE LITERATURA. *Doctum.edu.br*, 2024

EMANUELLE, B. et al. A importância da odontologia legal na solução da verdade e da justiça em casos que envolvam a análise forense da arcada dentária no Brasil. *LIBERTAS ODONTOLOGIA*, v. 2, n. 2, 2023.

GABRIELA, R. Pesquisa baseada na prática em Odontologia Forense. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_70e552ea69b3f754d41ea8ad2051d591>. Acesso em: 10 abr. 2025.

GIOSTER-RAMOS, M. L. et al. Técnicas de identificação humana em Odontologia Legal. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 3, p. e20310313200–e20310313200, 12 mar. 2021.

GUSTAVO et al. Documentação odontológica sob a ótica da Odontologia Legal: revisão integrativa. *Revista de Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial*, v. 24, n. 1, p. 55–62, 2024.

LOPES, B. et al. Identificação Humana Post Mortem E A Odontologia Legal. *Revista Científica FACS*, v. 23, n. 2, p. 25–41, 2023.

Musse JO, Marques JAM, Covas AKO, Ribeiro MS, Fernandes GCS. Metodologias ativas de ensino em Odontologia Legal. *REVISA*. 2020;9(3): 524-8.

NOBRE, K. S.; SOUZA, G. R. B. DE. A perícia médico-legal e sua aplicação prática: perícia médico legal como meio de prova. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 8, n. 2, p. e78074, 6 mar. 2025.

NOGUEIRA, M. I. DE M. F. Ética, Responsabilidade e Humanização do Perito Judicial na Realização da Prova Pericial. *Revista Pleiade*, v. 18, n. 44, p. 63–73, 25 set. 2024.

OLIVEIRA, et al. Contribuição da odontologia legal para a identificação post-mortem. *Rev. Bras. Odontol. (Impr.)*, p. 117–22, 2025.

1232

PORTO, L. V. M. G.; CATUNDA, R. Q.; DE SOUSA, J. R. Identificação humana através de perícia odonto-legal: relato de caso. *Revista Brasileira de Criminalística, [S. l.]*, v. 11, n. 1, p. 43–48, 2022. DOI: 10.15260/rbc.viii.455.

RODRIGUES, R.; SCHORR, A.; CARLSON BATISTA LEAL. **A atuação da odontologia legal na análise pericial: revisão de literatura.** v. 11, n. 14, p. e392111436014–e392111436014, 30 out. 2022.

TIOL-CARRILLO, A. Aspectos bioéticos y legales del secreto profesional en odontología. *Revista de la Asociación Dental Mexicana*, v. 79, n. 4, p. 209–212, 2022.

SANTOS et al. A Importância da Odontologia Forense na Identificação de Vítimas de Desastres em Massa - Revisão de Literatura. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 6, n. 10, p. 3425–3441, 23 out. 2024.